

Quadro 1
Temas com repercussão geral reconhecida em 2017

Tema	Título do tema	Relator	Número	Data de finalização
930	Os benefícios concedidos entre 5/10/1988 e 5/4/1991 não estão, em tese, excluídos da possibilidade de readequação aos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003. Eventual direito a diferenças deve ser aferido no caso concreto, conforme os parâmetros já definidos no julgamento do RE 564.354.	Roberto Barroso	RE 938.837	2/2/2017
932	Possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho.	Alexandre de Moraes	RE 949.297	2/2/2017
933	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social.	Roberto Barroso	RE 928.902	16/2/2017
934	Constitucionalidade da vinculação de receita arrecadada com multas tributárias para o pagamento de adicional de produtividade fiscal.	Ricardo Lewandowski	RE 955.227	23/2/2017
935	Inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta aos empregados não filiados ao sindicato, por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença.	Gilmar Mendes	ARE 954.408	23/2/2017
936	Exigência de inscrição de advogado público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas funções públicas.	Ricardo Lewandowski	ARE 957.650	2/3/2017
937	É constitucional o tipo penal previsto no art. 2º, inc. II da Lei 8.137/1990, por não se configurar a conduta nele descrita como mero ilícito civil.	Ricardo Lewandowski	RE 848.353	2/3/2017
939	Possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei 10.865/2004.	Dias Toffoli	RE 1.043.313	3/3/2017
940	Responsabilidade civil subjetiva do agente público por danos causados a terceiros, no exercício de atividade pública.	Marco Aurélio	RE 1.027.633	23/3/2017
941	Possibilidade de afastar-se o prévio procedimento administrativo disciplinar (PAD), ou suprir sua eventual deficiência técnica, na hipótese de oitiva do condenado em audiência de justificação no juízo da execução penal, realizada na presença do Ministério Público ou defensor.	Roberto Barroso	RE 972.598	6/4/2017

Tema	Título do tema	Relator	Número	Data de finalização
942	Possibilidade de aplicação das regras do Regime Geral de Previdência Social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.	Luiz Fux	RE 1.014.286	20/4/2017
944	Alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana.	Edson Fachin	RE 954.858	11/5/2017
946	Legitimidade dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.	Gilmar Mendes	RE 985.392	25/5/2017
947	Imunidade de jurisdição dos organismos internacionais garantida por tratado firmado pelo Brasil.	Luiz Fux	RE 1.034.840	1º/6/2017
948	Possibilidade de configuração de bitributação na instituição da Contribuição Sindical Rural pelo Decreto-Lei 1.166/1971.	Gilmar Mendes	RE 883.542	1º/6/2017
950	Responsabilidade civil objetiva do Estado por atos protegidos por imunidade parlamentar.	Roberto Barroso	RE 632.115	22/6/2017
951	Direito dos servidores federais às diferenças relacionadas ao reajuste de 47,11% sobre a parcela denominada adiantamento do PCCS (adiantamento pecuniário) após a mudança para o regime estatutário.	Roberto Barroso	RE 1.023.750	22/6/2017
952	Conflito entre a liberdade religiosa e o dever do Estado de assegurar prestações de saúde universais e igualitárias.	Roberto Barroso	RE 979.742	29/6/2017
953	Possibilidade de, em nome da liberdade religiosa, excepcionar obrigação imposta a todos relativa à identificação civil.	Roberto Barroso	RE 859.376	29/6/2017
958	Aplicação do art. 2º, § 4º, da Lei federal 11.738/2008, que dispõe sobre a composição da carga horária do magistério público nos três níveis da Federação.	Marco Aurélio	RE 936.790	18/8/2017
959	Concessão de liberdade provisória a preso em flagrante pela prática dos crimes descritos nos arts. 33, <i>caput</i> e § 1º, e 34 a 37 da Lei 11.343/2006.	Gilmar Mendes	RE 1.038.925	18/8/2017

Tema	Título do tema	Relator	Número	Data de finalização
961	Impenhorabilidade de propriedade familiar, localizada na zona rural, que não é o único bem imóvel dessa natureza pertencente à família.	Edson Fachin	RE 1.038.507	7/9/2017
962	Incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic (juros de mora e correção monetária) recebida pelo contribuinte na repetição do indébito.	Dias Toffoli	RE 1.063.187	14/9/2017
964	Precedência da promoção por antiguidade sobre a remoção de magistrados estaduais.	Ricardo Lewandowski	RE 1.037.926	5/10/2017
965	Aposentadoria especial prevista no art. 40, § 5º, da Constituição: cômputo do tempo de serviço prestado por professor na escola em funções diversas da docência.	Alexandre de Moraes	RE 1.039.644	12/10/2017
966	Isonomia entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público: direito dos juízes do Poder Judiciário da União à licença-prêmio (ou à indenização por sua não fruição).	Alexandre de Moraes	RE 1.059.466	12/10/2017
967	Proibição do uso de carros particulares para o transporte remunerado individual de pessoas.	Roberto Barroso	RE 1.054.110	12/10/2017
968	Competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária no que diz respeito ao descumprimento da Lei 9.717/1998 e do Decreto 3.778/2001 pelos demais entes federados.	Edson Fachin	RE 1.007.271	12/10/2017
969	Limites do poder regulamentar da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quanto à atividade profissional de auditor independente e às pessoas naturais ou jurídicas a ele vinculadas, dispendo sobre infrações e punições.	Marco Aurélio	RE 902.261	19/10/2017
970	Análise das inconstitucionalidades formal e material de lei municipal que dispõe sobre o meio ambiente.	Luiz Fux	RE 732.686	19/10/2017
971	Possibilidade da participação exclusiva de empresas do setor sucroalcooleiro situadas nas regiões Norte e Nordeste na denominada cota americana, que representa o volume de açúcar destinado ao mercado preferencial americano (art. 7º da Lei 9.362/1996).	Ricardo Lewandowski	RE 1.007.860	26/10/2017
972	Possibilidade de fixação de regime inicial fechado para cumprimento de pena, com base unicamente na natureza hedionda do delito.	Edson Fachin	ARE 1.052.700	3/11/2017

Tema	Título do tema	Relator	Número	Data de finalização
973	Possibilidade de remarcação do teste de aptidão física de candidata grávida à época de sua realização, independentemente de haver previsão expressa nesse sentido no edital do concurso público.	Luiz Fux	RE 1.058.333	2/11/2017
974	Possibilidade de candidaturas avulsas para pleitos majoritários.	Roberto Barroso	RE 1.054.490	30/10/2017*
975	Possibilidade de aplicação do teto constitucional à verba decorrente da conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída.	Gilmar Mendes	RE 946.410	9/11/2017
976	Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.	Alexandre de Moraes	RE 968.646	16/11/2017
977	Aferição da licitude da prova produzida durante o inquérito policial relativa ao acesso, sem autorização judicial, a registros e informações contidos em aparelho de telefone celular, relacionados à conduta delitiva e hábeis a identificar o agente do crime.	Dias Toffoli	RE 1.042.075	23/11/2017
979	Discussão sobre a licitude da prova obtida por meio de gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, na seara eleitoral.	Dias Toffoli	RE 1.040.515	30/11/2017
980	Discussão alusiva à intangibilidade da coisa julgada quanto aos juros estabelecidos em processo de conhecimento ou em execução contra a Fazenda Pública e, ainda, sobre a possibilidade de limitação dos efeitos pecuniários da condenação ao advento do Regime Jurídico Único (RJU).	Marco Aurélio	RE 1.086.583	7/12/2017

Fontes: Núcleo de Apoio à Repercussão Geral do STF e Portal de Informações Gerenciais do STF. Universo Processos. Extraído em 19/12/2017.

*O Tema 974 foi criado pelo Núcleo de Apoio à Repercussão Geral após julgamento, no Plenário presencial, de questão de ordem no ARE 1.054.490, na qual o STF superou a prejudicialidade do recurso e reconheceu a repercussão geral.